

Multinacionais dominam o mundo

Uma análise das relações entre 43.000 empresas transnacionais concluiu que um pequeno número delas - sobretudo bancos - tem um poder desproporcionalmente elevado sobre a economia global. A conclusão é de três pesquisadores da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça. Este é o primeiro estudo que vai além das ideologias e identifica empiricamente essa rede de poder global.

Um estudo de grande importância, mostra pela primeira vez de forma tão abrangente como se estrutura o poder global das empresas transnacionais. Frente à crise mundial, este trabalho constitui uma grande ajuda, pois mostra a densidade das participações cruzadas entre as empresas, que permite que um núcleo muito pequeno (na ordem de centenas) exerça imenso controle. Por outro lado, os interesses estão tão entrelaçados que os desequilíbrios se propagam instantaneamente, representando risco sistêmico.

Fica assim claro como se propagou (efeito dominó) a crise financeira, já que a maioria destas mega-empresas está na área da intermediação financeira. A visão do poder político das ETN (Empresas Trans-Nacionais) adquire também uma base muito mais firme, ao se constatar que na cadeia de empresas que controlam empresas que por sua vez controlam outras empresas, o que todos "sentimos" ao ver os comportamentos da mega-empresas torna-se cientificamente evidente. O artigo tem 9 páginas, e 25 de anexos metodológicos. Está disponível online gratuitamente, no sistemaarxiv.org

Um excelente pequeno resumo das principais implicações está publicado a seguir. (Nota introdutória publicada por [Ladislau Dowbor em sua página](#))

A rede capitalista que domina o mundo

Conforme os protestos contra o capitalismo se espalham pelo mundo, os manifestantes vão ganhando novos argumentos. Uma análise das relações entre 43.000 empresas transnacionais concluiu que um pequeno número delas - sobretudo bancos - tem um poder desproporcionalmente elevado sobre a economia global. A conclusão é de três pesquisadores da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça

Este é o primeiro estudo que vai além das ideologias e identifica empiricamente essa rede de poder global.

"A realidade é complexa demais, nós temos que ir além dos dogmas, sejam eles das teorias da conspiração ou do livre mercado," afirmou James Glattfelder, um dos autores do trabalho. "Nossa análise é baseada na realidade."

Rede de controle econômico mundial

A análise usa a mesma matemática empregada há décadas para criar modelos dos sistemas naturais e para a construção de simuladores dos mais diversos tipos. Agora ela foi usada para estudar dados corporativos disponíveis mundialmente.

O resultado é um mapa que traça a rede de controle entre as grandes empresas transnacionais em nível global.

Estudos anteriores já haviam identificado que algumas poucas empresas controlam grandes porções da economia, mas esses estudos incluíam um número limitado de empresas e não levavam em conta os controles indiretos de propriedade, não podendo, portanto, ser usados para dizer como a rede de controle econômico poderia afetar a economia mundial - tornando-a mais ou menos instável, por exemplo. >>>>>

A rede capitalista que domina o mundo (cont)

>>>> O novo estudo pode falar sobre isso com a autoridade de quem analisou uma base de dados com 37 milhões de empresas e investidores.

A análise identificou 43.060 grandes empresas transnacionais e traçou as conexões de controle acionário entre elas, construindo um modelo de poder econômico em escala mundial.

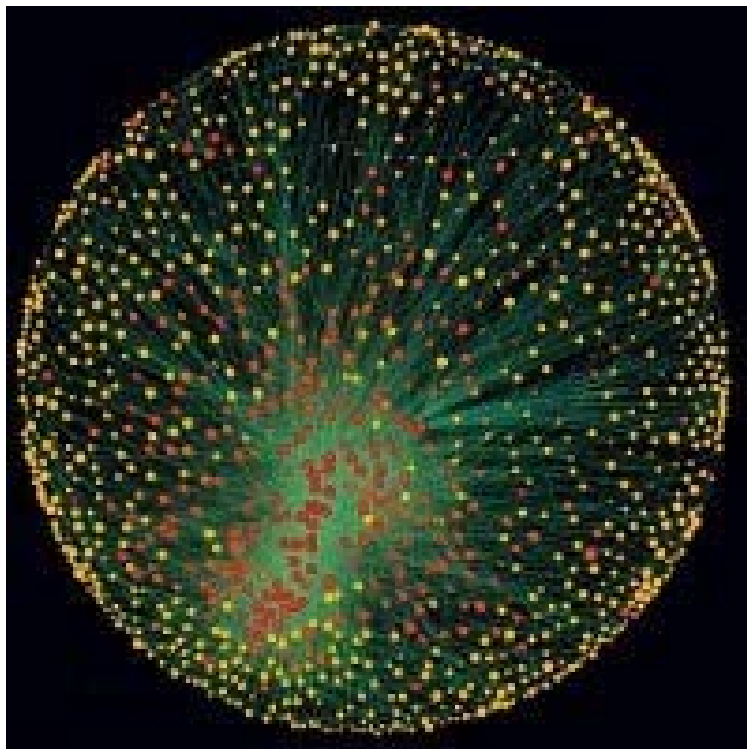
Poder econômico mundial

Refinando ainda mais os dados, o modelo final revelou um núcleo central de 1.318 grandes empresas com laços com duas ou mais outras empresas - na média, cada uma delas tem 20 conexões com outras empresas.

Mais do que isso, embora este núcleo central de poder econômico concentre apenas 20% das receitas globais de venda, as 1.318 empresas em conjunto detêm a maioria das ações das principais empresas do mundo - as chamadas blue chips nos mercados de ações.

Em outras palavras, elas detêm um controle sobre a economia real que atinge 60% de todas as vendas realizadas no mundo todo.

E isso não é tudo.



O gráfico em forma de globo mostra as interconexões entre o grupo de 1.318 empresas transnacionais que formam o núcleo da economia mundial. O tamanho de cada ponto representa o tamanho da receita de cada uma

Super-entidade econômica

Quando os cientistas desfizeram o emaranhado dessa rede de propriedades cruzadas, eles identificaram uma "super-entidade" de 147 empresas intimamente inter-relacionadas que controla 40% da riqueza total daquele primeiro núcleo central de 1.318 empresas.

"Na verdade, menos de 1% das companhias controla 40% da rede inteira," diz Glattfelder.

E a maioria delas são bancos.

Os pesquisadores afirmam em seu estudo que a concentração de poder em si não é boa e nem ruim, mas essa interconexão pode ser.

Como o mundo viu durante a crise de 2008, essas redes são muito instáveis: basta que um dos nós tenha um problema sério para que o problema se propague automaticamente por toda a rede, levando consigo a economia mundial como um todo.

Eles ponderam, contudo, que essa super-entidade pode não ser o resultado de uma conspiração - 147 empresas seria um número grande demais para sustentar um conluio qualquer.

A questão real, colocam eles, é saber se esse núcleo global de poder econômico pode exercer um poder político centralizado intencionalmente.

Eles suspeitam que as empresas podem até competir entre si no mercado, mas agem em conjunto no interesse comum - e um dos maiores interesses seria resistir a mudanças na própria rede. *(Carta Maior, 25.10.2011)*

Veja a lista das 50 primeiras das 147 empresas transnacionais super conectadas

Conferencia Mundial de UNI ICTS en México

Los sindicatos del sector de Telecomunicaciones y tecnologías de la información de UNI Global Union se reunieron en México en la conferencia mundial inaugural de UNI ICTS.



El nuevo sector representará a más de 3 millones de trabajadores en todo el mundo y tienen como objetivo básico la lucha por los derechos sindicales.

"Éste es el cambio más importante que tiene lugar en UNI global desde nuestra fundación en 2000", dijo el Secretario General de UNI, Phillip Jennings, en la inauguración de la conferencia. "Considero que es un gran avance para la UNI y todo el movimiento sindical mundial. ¿Cómo nos podemos organizar en esta economía global y digital? Es el reto más importante para nosotros, para lo que debemos trabajar y tener una plataforma común."

Phillip Jennings también reconoció la labor del sindicato anfitrión de la conferencia, el Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana (STRM), al que él llamó "la luz que brilla para iluminar al sindicalismo libre y democrático en [México]".

El Secretario General de STRM Francisco Hernández Juárez, agradeció el apoyo de la UNI ICTS y su solidaridad.

"Los trabajadores de empresas telefónicas deben entender la presencia de UNI ICTS en México como un acto de solidaridad con los sindicatos mexicanos", dijo Hernández Juárez. También hizo un llamado al movimiento sindical mundial para ayudar a combatir la práctica de los "sindicatos de protección" en México, que son organizaciones que no son compatibles con los derechos de los trabajadores, pero que en realidad son utilizadas por la gestión de la empresa para evitar que sus trabajadores se afilien a sindicatos democráticos reales, como el STRM .

En la tarde del jueves, los delegados de la conferencia se unirán a más de 1.000 sindicalistas y trabajadores mexicanos para marchar a la empresa Atento México para protestar contra la práctica de la compañía de utilizar un sindicato de protección para evitar que los trabajadores se unan al STRM. Los trabajadores están luchando para conseguir una elección justa para votar a favor del STRM como su sindicato representante.

Bo Larsen, Presidente de UNI Telecom, dijo que el nuevo sector UNI de Telecomunicaciones y Tecnologías de la información debe centrarse en la organización de la construcción de poder en el sector y para luchar contra la terciarización(outsourcing) que está erosionando las bases sindicales.

Adriana Rosenzvaig, Secretario Regional de UNI-Américas, dijo que la lucha por los derechos sindicales debe continuar." También expresó que no hay justicia social si no tenemos respeto por los sindicatos. No hay trabajo decente si no tenemos respeto por los sindicatos. No hay democracia si no tenemos respeto por los sindicatos".

El viernes los sindicatos votarán para crear el nuevo sector de Telecomunicaciones de UNI y además para elegir un nuevo presidente.

Sindicatos filiados a FENATTEL assinam petição 40X40

Durante a Conferencia Inaugural de UNI ICTS na Cidade do México os sindicatos brasileiros presentes na Conferencia assinaram a petição de UNI Global Union

Durante a Conferencia Inaugural de UNI ICTS na Cidade do México, realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2011, os sindicatos brasileiros presentes na Conferencia assinaram a petição de UNI Global Union. Após a apresentação da campanha feita pela Presidente do Comitê Regional de Mulheres de UNI Apro, Tamami Uda. O principal eixo dessa campanha é que em todas as instancias de UNI e também dos sindicatos tenhamos 40% de um dos gêneros representados, seja nas diretorias executivas, mesas de negociação, e demais comitês internos.

Empleo Temporario: Reunión Tripartita de la OIT

Ofensiva de las Agencias de Empleo Temporario es rebatida en Reunión Tripartita de la OIT

Representantes de las organizaciones sindicales, los gobiernos y los grupos de presión de las agencias de empleo privadas se congregaron para una reunión tripartita sobre "**El papel de las agencias de empleo privadas para promover la creación de puestos y el trabajo decente en el sector de los servicios privados**", efectuada en la OIT en Ginebra los días 18 y 19 de octubre. La reunión fracasó en alcanzar puntos de consenso – un resultado nada sorprendente para un ejercicio que demostró vivamente la brecha entre las organizaciones sindicales que procuran defender a los trabajadores/as contra el impacto destructivo del trabajo provisto por agencias y los grupos de presión de las agencias que intentan alistar a la OIT en su movimiento hacia una creciente participación en el mercado.



Los representantes de las asociaciones nacionales de las principales agencias mundiales de empleo temporario presentaron un programa con una cuidadosa coreografía de testimonios de empleadores para respaldar sus argumentos, a saber: que las agencias generan puestos de trabajo "que de lo contrario no existirían" (sin explicar cómo no se efectúan dichas declaraciones de "creación de empleos" cuando los gobiernos colocan a trabajadores/as en puestos); que el trabajo de agencias "bien reglamentado" ofrece de hecho mayor protección e incluso seguridad que el empleo directo y de duración indefinida al cual está reemplazando progresivamente; que el trabajo de agencias no menoscaba ni desplaza al empleo directo sino que lo "complementa"; que la ampliación de sus negocios implica el crecimiento del trabajo decente; que las agencias constituyen un "sector" por sí mismo, a pesar de estar presentes en virtualmente todos los sectores (y que, por lo tanto, son la contraparte para las negociaciones colectivas en todos los sectores en los cuales operan); que nada es problemático en la naturaleza de las relaciones triangulares de empleo, y que, por consiguiente, el empleo de agencias no plantea problemas diferentes para la protección de los derechos e intereses de los trabajadores, una vez que se eliminen las "agencias fraudulentas"; que las agencias brindan un tratamiento 'justo' a sus empleados/as (en lugar de igualdad de trato); y que con la ratificación del Convenio 181 de la OIT sobre las Agencias de Empleo Privadas (que de hecho permite a los gobiernos restringir sus operaciones) se asegura el trabajo decente.

Lamentablemente, los estrictos límites de tiempo y del programa no permitieron al Grupo de los Trabajadores preguntar si la sustitución de todos los puestos directos por empleos de agencias daría lugar a más trabajo decente y mejor protección de los derechos de los trabajadores...

El Grupo de los Trabajadores, constituido formalmente por representantes de la UITA y UNI, estuvo no obstante abierto a la participación de otras federaciones sindicales mundiales, debido a que el trabajo de agencias afecta a todas las personas en todos los sectores, incluso a los sindicalistas de todo el mundo. Ellos ofrecieron pruebas del impacto corrosivo del empleo de agencias, el cual abate los salarios y las condiciones laborales, a la vez que restringe o elimina la posibilidad de que un creciente número de trabajadores/as de todo el mundo se asocie a sindicatos y efectivamente negocie los términos y condiciones de su trabajo con sus empleadores reales, es decir, los clientes de las agencias (las "empresas usuarias"). Una y otra vez, el Grupo de los Trabajadores insistió que la negociación real respecto al empleo de agencias se lleva a cabo entre las empresas usuarias y las agencias, excluyendo de hecho las verdaderas negociaciones colectivas. Para que la negociación colectiva tenga sentido -- el Grupo de los Trabajadores indicó a los empleadores, a los gobiernos y a la OIT -- se requiere una relación negociadora significativa abarcando las empresas usuarias y las organizaciones sindicales que representan a los trabajadores/as en esas empresas o sectores.

La Presidencia de la reunión (conocida oficialmente como un Foro del Diálogo Global), un experimentado diplomático suizo, se centró en la naturaleza intrínsecamente problemática de las relaciones triangulares de empleo como la cuestión definitoria subyacente en todos los aspectos del empleo de agencias y los derechos de los trabajadores. A última hora, los empleadores se negaron a discutir sus propuestas sobre los puntos de consenso y no consenso como base para las conclusiones, insistiendo que, en cambio, se presentara un limitado y selecto número de puntos como los únicos asuntos en la lista de conclusiones. >>>

Empleo Temporario: Reunión Tripartita de la OIT (cont)

Por consiguiente, la reunión no arrojó conclusiones, pero sin embargo resultó sumamente útil para identificar las cuestiones fundamentales que separan a los trabajadores/as y las agencias, y la necesidad de que la OIT encare estos temas seriamente. Las intervenciones de los gobiernos también atestiguaron la preocupación compartida al menos por algunas autoridades públicas sobre el incremento del empleo de agencias.

Las agencias están extendiendo sus esfuerzos mundiales de presión (ver "Al combate de la ofensiva mundial de las agencias de empleo temporario" y volverán ante la OIT, del mismo modo que continuarán presionando a los gobiernos nacionales a fin de facilitar las condiciones para su expansión. Su última publicación describe su asociación, Ciett, como "la voz para la opción laboral", un mantra que fue invocado repetidamente durante las dos jornadas. Cada vez más, los trabajadores/as eligen empleos temporarios y, por consiguiente, las agencias satisfacen una clara demanda de consumo...

Por su parte, a todos los niveles las organizaciones sindicales están crecientemente dirigiendo su atención a hacer retroceder la invasión del empleo de agencias, a través de medidas de organización, negociación y búsqueda de mecanismos políticos para limitar su alcance y duración. En esta reunión, el Grupo de los Trabajadores fue inflexible respecto a que se debe sacar al trabajo de agencias de las restricciones "sectoriales" de la OIT y colocarlo en un contexto que involucre a los trabajadores/as y empleadores de todos los sectores. Como lo señaló la Presidencia de la reunión, "todos los protagonistas" deben tomar parte activa. (UITA, 28.10.2011)

Sindicatos reclaman a la OIT

Organizaciones sindicales reclaman a la OIT acción integral sobre el trabajo precario

Más de 100 representantes de sindicatos de todo el mundo participaron en un coloquio sobre el trabajo precario organizado por la **Oficina de Actividades para los Trabajadores (ACTRAV) de la OIT, celebrado en Ginebra del 4 al 7 de octubre**. Durante 3 días, las organizaciones sindicales resaltaron el papel que ejercen las relaciones de empleo precario al menoscabar los derechos de los trabajadores y trabajadoras, el alcance y la cobertura de las negociaciones colectivas, los salarios y las condiciones laborales en todo el mundo.

El **Secretario General de la UITA, Ron Oswald**, quien fue uno de los expositores principales en la apertura del coloquio, identificó los temas primordiales que enfrenta la OIT con respecto al empleo precario.

"Para muchos millones de personas, la vida y el trabajo siempre han sido precarios y continúan siendo así", afirmó Oswald. "¿Por qué, entonces, hablamos del trabajo precario como si fuera un fenómeno nuevo?"

"Esto es porque hoy en día el trabajo es atacado en casi todos los lugares, incluso donde antes se asumía eran sus más seguros baluartes. En el eje de este asalto, se halla una arremetida contra nuestros derechos fundamentales de sindicalizarnos y de negociar colectivamente.

"Por una parte, la ofensiva general contra los derechos de empleo es promovida por las instituciones financieras internacionales. Sea lo que sea que oímos acerca de una nueva imagen del Banco Mundial o de un FMI con una cara humana, las antiguas condiciones aún persisten entre nosotros. Ya no están confinadas al mundo en desarrollo, sino que están penetrando los países centrales que antes dominaban los presupuestos y son promovidas con un nuevo vigor como la respuesta del capital ante la crisis. Los contratos de empleo son individualizados y los derechos colectivos suprimidos de un plumazo, asignando puntos a los países que más avanzan en generalizar la inseguridad.

"La segunda línea del ataque se lleva a cabo a través de la destrucción de contratos de empleo directos y de duración indefinida. El empleo permanente directo está desapareciendo. Cada vez más es sustituido por contratos "temporarios", que de hecho pueden durar décadas o para toda la vida; por contratos tercerizados de agencias, los cuales encubren la relación real del empleo y, en consecuencia, el balance del poder en el lugar de trabajo y en la sociedad; por contratos "estacionales" que duran todo el año, agrupando a todas las estaciones juntas en un único lugar de trabajo; por esquemas ficticios de "auto empleo" que convierten a los asalariados en "contratistas"; con trabajo de guardia y en lista de espera; y por falsas "pasantías" ataviadas con el lenguaje de "aprendizaje permanente". >>>>

Sindicatos reclaman a la OIT (cont)

“Esta violación masiva de los derechos se describe a veces como un “desafío”, el “desafío de la flexibilidad” y con planteamientos similares, cuya función consiste en ocultar la verdad. La negación de los derechos y la degradación del trabajo son acompañadas por una degradación deliberada del lenguaje. Pero el trabajo precario no es un desafío, sino un asalto construido meticulosamente.”

Oswald exhortó a la OIT a trabajar “para restablecer su verdadero significado a los Convenios 87 y 98, un significado que se ha vaciado progresivamente de contenido mediante la propagación de las relaciones de trabajo precario”.

Los primeros tres días brindaron a los representantes sindicales, ya sea en discusiones plenarias y de grupos, la oportunidad de identificar los móviles causantes de la propagación del trabajo precario y de comparar experiencias y estrategias para combatirlo. Las intervenciones de CSI y de las federaciones sindicales mundiales BWI, ICEM, UITA y FITIM describieron programas y campañas en curso centrados en conquistar los derechos de sindicalización y de negociación para los trabajadores/as informales. Peter Rossman de la secretaría de la UITA enfatizó la dinámica financiera que impulsa al proceso y la necesidad que las organizaciones sindicales presionen para lograr una completa divulgación de la información sobre el trabajo informal y de agencias, como también de los proveedores de servicios y fabricantes subcontratados en el contexto de la negociación colectiva. En teoría, el derecho a esta información estaba plenamente protegido dentro de los convenios fundamentales de la OIT.

Las excelentes exposiciones de expertos de la OIT acerca de las normas y la evolución de la jurisprudencia de la OIT referidas a las relaciones de empleo informal subrayaron la importancia de proyectarse a partir de estos dos ámbitos, así como las actuales deficiencias en materia de protección, en virtud que los Convenios existentes en muchos casos no habían sido suficientemente detallados en la práctica y en la jurisprudencia como para abordar el impacto de las relaciones triangulares de empleo.

Las conclusiones completas, así como las intervenciones de los participantes y de la OIT, se hallan a disposición en el sitio web de la Oficina de Actividades para los Trabajadores (ACTRAV) de la OIT en idiomas español, francés e inglés

Con el objeto de proteger a los trabajadores/as y su derecho a organizarse y negociar, los Convenios existentes debían ser defendidos de los ataques del empleador y el gobierno, pero su aplicación bajo las nuevas condiciones precisaba una elaboración complementaria, por ej., mediante quejas ante el Comité de Libertad Sindical de la OIT. Este proceso requería organización y lucha.

La jornada final del coloquio – el Día Mundial del Trabajo Decente – permitió a los participantes concentrarse en las Naciones Unidas en una manifestación convocada por la organización sindical suiza Unia con el fin de poner en relieve la falta de adecuada protección jurídica para los militantes suizos.

La reunión transmitió un claro mensaje a la OIT de ubicar al empleo precario en el centro de sus actividades sobre los derechos de los trabajadores. Las conclusiones pusieron de manifiesto que “Los trabajadores y trabajadoras en empleos precarios sufren condiciones laborales inferiores en todos los aspectos del trabajo: seguridad, previsibilidad, salud y seguridad, remuneración y beneficios, así como el acceso a la seguridad social. La expansión del empleo precario es parte de lo que es justo denominar un asalto corporativo a nivel mundial sobre el derecho a organizarse y negociar colectivamente, al desplazarse hacia la subcontratación y los contratos individuales, atacar las negociaciones sectoriales y nacionales, a la vez que evadir las responsabilidades del empleador complicando lo que de hecho debe ser una relación de empleo directo con sus trabajadores/as”.

Entre las medidas específicas requeridas en las conclusiones figuraron solicitudes a la OIT para organizar un Informe sobre Legislación y Prácticas de gran amplitud; convocar una reunión de expertos de la OIT referida a los obstáculos a la sindicalización y la negociación colectiva experimentados por los trabajadores/as precarios; y estudiar el desarrollo de instrumentos adecuados tendientes a limitar, restringir y reducir el recurso a formas precarias de empleo. (UITA, 28.10.2011)

Foro de Sindicalización en Multinacionales en Uruguay

El Presidente de UNI Gráficos y Embalaje, Tommy Andersson, abrió el Foro de Organización en Compañías Multinacionales realizado en Montevideo, Uruguay.

20 delegados de 8 países de la región asistieron al foro que fue organizado como parte del proyecto que tiene UNI Gráficos y Embalaje con el apoyo de la afiliada Sueca GS y la LO-TCO.

En su discurso inaugural, Tommy se refirió a la importancia de realizar este foro en Uruguay, ya que hace más de 100 años durante una huelga general ocurrida en Suecia, uno de los primeros movimientos sindicales fuera de Europa en ofrecer apoyo solidario fueron los sindicatos de Uruguay.

Tommy dijo estar orgulloso de la "participación" de sus sindicatos en brindar apoyo a esta región, dado que los sindicatos nórdicos tienen una larga historia de apoyo y cooperación solidaria.

Expresó que la organización es la esencia de nuestros sindicatos y debemos continuar "rompiendo barreras" en aquellas áreas donde se han encontrado dificultades para organizarse.

Steve Walsh, Responsable de UNI Gráficos y Embalaje, presentó los elementos claves del plan de trabajo del sector e identificó las principales prioridades para la región.

Luego de esa presentación, el Director Regional, Marvin Largaespada llevó adelante una discusión sobre los principales puntos de la planificación sindical.

Ben Parton, el Coordinador de Organización para UNI Américas, condujo una sesión acerca de la importancia de evaluar correctamente los resultados del plan de trabajo del año anterior, y lo que se necesita hacer durante el próximo periodo para alcanzar los objetivos del foro.

Los participantes se dividieron en grupos de trabajo y evaluaron los resultados del plan de trabajo del año anterior; asimismo analizaron los principales problemas que los trabajadores están teniendo que afrontar.

La prioridad para la región es continuar organizando a los trabajadores en las compañías multinacionales del sector gráfico y embalaje que fueron identificadas como las de mayor presencia en la región.

El foro acordó un plan de trabajo para los próximos 12 meses y se comprometió a implementar las estrategias durante este período.

Se celebró en la CGT RA la 4ª Jornada por el Trabajo Decente

Por Gerardo Martínez, Secretario de Relaciones Internacionales

Bajo la consigna "No al Trabajo Precario. Sí al Trabajo Decente por una Vida Digna", frente a la sede de la Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT RA) y organizada por su Secretaría de Relaciones Internacionales, a cargo de Gerardo Martínez, se llevó a cabo la 4ª Jornada Mundial por el Trabajo Decente, iniciativa impulsada por la Confederación Sindical Internacional - CSI, que se conmemora todos los 7 de octubre con actos y manifestaciones en distintas partes del mundo.

En esta oportunidad la CGT RA organizó actividades en todo el país, a través del Equipo Multidisciplinario de Trabajo Decente - EMTD y también propias de los sindicatos afiliados, finalizando hoy 7 de Octubre, con un acto con movilización de trabajadoras y trabajadores de distintos gremios frente a su sede, en el que se difundieron las diferentes consignas que se promueve para mejorar y garantizar una mejor calidad de empleo, de protección social y de mejora de la calidad de vida para los trabajadores y sus familias.

El encuentro culminó con la suelta de globos celestes y blancos que nos caracteriza, frente a la sede de la Central Obrera ante trabajadoras y trabajadores y miembros del Consejo Directivo de CGT RA.

El objetivo de esta jornada a nivel mundial a la que adhiere la CGT RA, es el de difundir y concientizar sobre la necesidad de garantizar derechos fundamentales para los trabajadores como son la libertad sindical, la vigencia de la negociación colectiva, la protección social universal, la igualdad de oportunidades, la inclusión social, el combate contra la precarización laboral y el trabajo no registrado, la no discriminación, entre otras que, sumadas y garantizadas, dan cumplimiento al concepto de Trabajo Decente.

Según la OIT, la mitad de la mano de obra mundial lleva a cabo diversas formas de trabajo vulnerable y más del 80% de la población mundial no tiene acceso, o tiene acceso limitado, a la protección social, careciendo de una protección social básica y sin tener acceso a una reglamentación nacional sobre salud y seguridad laboral que proteja sus derechos. (*Rebanadas de Realidad – CGT, 07.10.2011*)

Brasil: Petroleiros iniciam paralisações surpresa

Trabalhadores da Petrobrás irão cumprir rigorosamente os procedimentos de segurança que as gerências burlam diariamente

Nesta quinta-feira, 27, os trabalhadores do Sistema Petrobrás iniciaram uma série de mobilizações nas bases da FUP, cumprindo, rigorosamente, todos os procedimentos de segurança que as gerências burlam diariamente. Além disso, os petroleiros estão realizando paralisações surpresa nos terminais de São Caetano do Sul (SP), Cabiúnas (NF) e Coari (Amazonas).

Batizada de "Operação Gabrielli", as mobilizações por segurança são mais uma forma de protesto contra a política de SMS da empresa, que já matou 309 petroleiros e feriu e mutilou outros milhares de companheiros nos últimos 16 anos. E o presidente da Petrobrás ainda alega que a culpa é dos trabalhadores, que não têm "disciplina operacional".

A direção do Unificado de São Paulo, com o apoio dos Sindipetros de Minas Gerais e Paraná, ocupou hoje o terminal de São Caetano do Sul, onde foram suspensas a emissão de PTs e estão sendo cumpridas, rigorosamente, todos os procedimentos de segurança. A direção do sindicato realizará uma setorial nesta tarde dentro de Terminal, em frente ao refeitório.

No Norte Fluminense, o sindicato está no Terminal de Cabiúnas, em Macaé, onde os trabalhadores permanecem fora da unidade desde as 6 horas de hoje. O grupo que entrou à zero hora continua operando o terminal, mas cumprindo rigorosamente os procedimentos de segurança. Mais informações podem ser acompanhadas pelo [site do sindicato](#) e na [Rádio NF](#)

No Amazonas, o Sindipetro-AM também ocupou o Terminal de Coari desde às 7 horas, onde os trabalhadores também suspenderam a emissão PTs e estão engajados na "Operação Gabrielli". As demais bases da FUP estão também realizando mobilizações por segurança, cumprindo à risca todos os procedimentos de segurança e colocando em xeque a hipocrisia dos gestores da empresa, que posam de defensores da vida para o presidente Gabrielli, mas na prática atropelam todas as normas de SMS para cumprirem as metas de produção. *(Imprensa FUP, 27.10.2011)*

Encontro de Redes do Ramo Químico

CNQ lança publicação sobre Encontro de Redes do Ramo Químico com o apoio da Fundação Ebert

Ação sindical em redes e solidariedade igualdade de oportunidades são os principais temas da publicação

"É com grande satisfação que compartilhamos esta publicação contendo as Diretrizes do Ramo Químico – para a criação de redes de trabalhadores (as) – definidas e deliberadas no II Encontro de Redes do Ramo Químico que se realizou em junho desse ano.

As Diretrizes do Ramo Químico são norteadas por dois temas principais:

- Fortalecer e consolidar a ação sindical em redes
- Solidariedade e Igualdade de Oportunidades

Esperamos que essas diretrizes possam ajudar à todas as entidades do Ramo Químico a iniciarem trabalhos de criação de redes de trabalhadores (as) em empresas multinacionais, seja de capital nacional ou estrangeiro, nacional e internacionalmente, fazendo assim parte de nossa estratégia de ação no campo organizativo.

Informamos que temos 2.000 exemplares impressos, onde temos o interesse de entregar para as Redes e Sindicatos participantes e entidades parceiras." *(CNQ, 26.10.2011)*

[Clique aqui para acessar a publicação](#)



Sintracarbón lucha contra Glencore en Colombia

Una filial de la empresa comercial suiza **Glencore International** se ha negado a estudiar pequeñas mejoras para sus empleados en la municipalidad de La Jagua de Ibérico, Provincia de César, en el norte de Colombia. Por el tamaño de su producción, CI Prodeco es la tercera empresa minera de carbón de Colombia, y lo escandaloso es que solamente un 4,91% de los beneficios de la empresa se usan para pagar la mano de obra.

El 21 de septiembre, los trabajadores de Prodeco, miembros del **sindicato municipal de mineros de Sintracarbón**, organización afiliada a la ICEM, presentó a la administración una lista de reivindicaciones justificadas. El 3 de octubre, en la ciudad de Barranquilla, los negociadores de la empresa iniciaron la etapa de acuerdo directo de las negociaciones. Según la legislación colombiana, la etapa de acuerdo directo de las negociaciones se extiende por dos semanas, pero a pesar de esto, la administración se ha negado a realizar negociaciones de buena fe, y no demuestra tener ningún interés en alcanzar un convenio colectivo con los trabajadores, lo cual está provocando una huelga.

En vez de tratar de establecer un convenio colectivo, la administración ha declarado que piensa renovar por cinco años un documento unilateral de reglamentos sobre el trabajo. El documento señalado estipula términos y condiciones de trabajo inferiores a las normas legales mínimas.

Prodeco ha realizado una sofisticada campaña de propaganda por la cual trata de convencer a los trabajadores de que no sería legal un convenio colectivo tal como lo propone el sindicato, y que es probable que los trabajadores pierdan todos los beneficios que habían logrado en negociaciones anteriores. Luego la empresa dio a conocer el documento unilateral de reglamentos sobre el trabajo. Es evidente que la campaña de la empresa tiene el propósito de hacer que los trabajadores se opongan al sindicato y al proceso de negociación colectiva, una descarada violación de las normas internacionales del trabajo que han sido ratificadas por Colombia.

En momentos en que se está intensificando la presión por parte de los supervisores de la empresa, la ICEM apoya plenamente a los miembros de Sintracarbón en Prodeco, en su lucha por conseguir un convenio colectivo, o si, en los próximos días, se vieran obligados a declarar una huelga por causa de la injusta posición empresarial.

Se hace un llamado a las afiliadas y simpatizantes de la ICEM para que escriban a la administración de la empresa: a Gary Nagle, Presidente de Prodeco; Miguel Montoya, Director de Recursos Humanos; y a los negociadores Charles Emeritus y Olga Lucia. (*ICEM InBrief, 24.10.2011*)

Huelga de mineros peruanos en Freeport-McMoRan

Aumenta cada vez más la presión contra la **empresa norteamericana Freeport-McMoRan**, ya que han fracasado nuevamente las conversaciones con los mineros en huelga en la mina de cobre y molibdeno Sociedad Minera Cerro Verde, situada en la región de Arequipa, en el sur del país. El 20 de octubre, un sindicato afiliado a la **Federación Nacional de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos y Siderúrgicos del Perú (FNTMMSP)** se reunió con la administración para tratar de poner fin a la huelga, pero los negociadores de la compañía volvieron a negarse a transar con relación a las reivindicaciones del sindicato.

Originalmente la administración ofrecía una prima especial única de 2.000 soles (US\$735) y un aumento salarial de un 3%, pero el sindicato ha exigido que los sueldos actuales aumenten en un 11%.

Fue muy importante para esta lucha la declaración que hiciera el gobierno el 30 de septiembre en la que señala que la huelga es legal. Ésta es primera vez que se ha declarado una huelga en los 40 años que lleva esta mina. Gracias a este fallo, Freeport no puede contratar a trabajadores temporales de reemplazo, o rompeshuertas. Sin embargo, la empresa está aprovechando los servicios de 600 voluntarios y personal administrativo para continuar la producción. Esto es ilegal, lo cual ha sido confirmado por el gobierno, que ha exigido que deje de usar a trabajadores de reemplazo por la inseguridad que representa, o bien enfrentará una multa de 72.000 soles (US\$26,500).

Los trabajadores de reemplazo dañaron equipos de trituración del mineral en la mina, a consecuencia de lo cual se tuvo que clausurar la planta completamente mientras se hacían las reparaciones. En la mina de cobre ya se acabó la materia prima que se había almacenado. No se están abriendo nuevas vetas con material explosivo. La administración está sujeta a mucha presión para satisfacer las peticiones del sindicato.

Todos los 1.220 miembros de la FNTMMSP han adherido a la huelga indefinida en esta mina, que es, en términos de producción, la tercera mina de cobre del Perú. La huelga de los mineros comenzó el 29 de septiembre. El 17 de octubre, algunos de los huelguistas declararon una huelga de hambre, exigiendo que la empresa y las autoridades regionales respeten sus reivindicaciones.

La mina de Cerro Verde produce un 2% del cobre a nivel mundial. Los mineros de Cerro Verde exigen un aumento salarial de un mínimo de un 11%. (*ICEM InBrief, 24.10.2011*)

Maquilas en Guatemala

Movimiento Sindical Indígena y Campesino Guatemalteco

MSICG presenta el informe **La maquila textil y de confección en Guatemala: ¿Oportunidad y desarrollo?**

El Movimiento Sindical, Indígena y Campesino Guatemalteco - MSICG - presentó públicamente el informe de investigación denominado "La maquila textil y de confección en Guatemala: ¿Oportunidad y desarrollo?". La presentación se realizó en el Salón Chichicastenango del Hotel Panamericano en la zona uno de la Ciudad Capitalina.

El informe fue comentado por el compañero Helmer Velásquez de la Coordinación de ONG y Cooperativas - CONGCOOP.

En el evento se hicieron presentes compañeras y compañeros de organizaciones hermanas como el Centro de Solidaridad de la AFL-CIO con sede en Guatemala, CONGCOOP, CPRAPCD-SIERRA, CONDEG, CEADEL, CAMPAÑA GUATEMALA SIN HAMBRE, ATRADHOM, NUEVO DIA, FRENTE POPULAR, TIERRA VIVA, COLLECTIC GUATEMALA, ASOCASA, UVOC, MOVEMAYAS, FESTRAS, AMUCV, CONAPREM, GGM, SIGSTRAIGSS, SIGEDIIGSS, SIGTRAIGSS, FEDEIGSS Y REJOCIH entre otras que se sumaron a dirigentes de las organizaciones miembros del MSICG y a compañeros como la compañera Marielos Monzón y los compañeros Miguel Angel Sandoval y Alejandro Arriaza, importante y talentoso cantautor guatemalteco.

La presentación del informe, fue aperturado por el compañero Aniceto Montiel, miembro de CCDA y Conducción Política del MSICG, los objetivos y alcances del informe fueron presentados por la compañera María de los Ángeles Ruano Almeda de la Coordinadora de la Mujer y Consejo Político del MSICG y sus principales hallazgos por la compañera Lesbia Amézquita, Directora del INESICG (órgano de soporte técnico del MSICG) en tanto que la moderación estuvo a cargo del compañero Alejandro Rodríguez, miembro del STOPGN y del Consejo Político del MSICG.

El informe, entre otras cosas, dirige una mirada a los privilegios fiscales otorgados a las empresas de maquila y exportación en Guatemala, cuestiona la política salarial implementada por el Estado con la finalidad de favorecer este sector, enumera las empresas que gozan de estos beneficios fiscales y salariales, las que han sido mayormente denunciadas por violaciones a garantías laborales, las que tienen e incluso han cerrado operaciones adeudando cuotas al Instituto Guatemalteco de Seguridad Social –IGSS-, la falta de acceso a la libertad sindical y la negociación colectiva, analiza cuantitativa y cualitativamente las negociaciones colectivas existentes en el sector, enumera los sindicatos activos y analiza la evolución de su membresía, evidencia la debilidad del Ministerio de Trabajo y Previsión Social a través de la Inspección General de Trabajo para fiscalizar y hacer que se cumpla la normativa laboral así como lanza algunas luces sobre las estrategias en cuanto al manejo de información por parte del MINTRAB para minimizar los cuestionamientos derivados de la situación laboral en las maquilas, entre otros aspectos importantes.

El cuestionamiento sobre el costo tributario y social que representan para las guatemaltecas y guatemaltecos y sus familias los beneficios y facilidades que el Estado ha otorgado a este sector de la industria se erige como el hilo conductor del informe que finalmente, habiendo aportado todos los elementos necesarios para una evaluación asentada sobre la base de datos oficiales, pueda permitir al lector hacerse un juicio y responderse a la interrogación que complementa el título del informe.

Durante sus alocuciones, las y los ponentes hicieron énfasis en la situación laboral prevaleciente para las trabajadoras y trabajadores de la maquila así como en la importancia no solo de generar empleo sino que este empleo se ajuste a los estándares de trabajo decente universalmente reconocidos.

La actividad fue clausurada por el compañero Aniceto Montiel quien agradeció la asistencia de todas y todos los participantes a pesar de las dificultades imperantes en el territorio nacional debido a los desastres naturales. (csa, 17.10.2011)

Descarga el informe **La maquila textil y de confección en Guatemala: ¿Oportunidad y desarrollo?**

Visita la galería

Colombia: paro en Campo Rubiales

Otra vez los trabajadores contratistas paralizan la producción petrolera en Campo Rubiales

Entre 4 y 5 mil trabajadores contratistas de Campo Rubiales, Meta —campo que produce el 26% del petróleo de Colombia— se declararon en asamblea permanente desde las 9 de la mañana de este lunes 24 de octubre, luego del rompimiento de las negociaciones entre la multinacional canadiense Pacific Rubiales y Unión Sindical Obrera, USO, que representa a los más de 10 mil trabajadores contratistas de la zona, un buen porcentaje de ellos afiliados a esta organización sindical.

“El viernes 21 de octubre la Pacific Rubiales rompió las negociaciones y planteó que no iba a negociar más, a pesar de que la USO rebajó las pretensiones salariales con el ánimo de llegar a un acuerdo. Entonces no nos quedó otra alternativa que pararnos de la mesa. En respuesta a esa situación los trabajadores se declararon hoy en asamblea permanente”, señaló Rodolfo Vecino, presidente de la USO, quien además rechazó la actitud “dilatatoria y deshonesta” que la Pacific Rubiales ha mostrado desde el inicio del proceso negociación.

Asamblea permanente que en la práctica es un cese de actividades que, según voceros del Comité Coordinador Interno de los trabajadores contratistas, se extenderá hasta tanto haya un compromiso serio por parte de la multinacional petrolera y se negocie el pliego de peticiones. “Las mesas sólo han servido para dilatar las negociaciones y los problemas presentados por la comunidad siguen sin ser resueltos. La petrolera cierra espacios de negociación mientras genera conflictos laborales, sociales y ambientales en los Llanos Orientales”, denunció la USO.

El pliego de peticiones de los trabajadores en paro contiene 6 puntos, a saber: mejora de salarios y prestaciones de trabajadores directos, contratistas y subcontratistas; garantía para el pleno ejercicio de las libertades sindicales y el derecho de asociación; vinculación de la mano de obra local de Puerto Gaitán; estabilidad de los contratos de trabajo; atención a los problemas sociales de la población local; y reintegro del personal desvinculado a la empresa tras las protestas del 19 de julio de 2011.

Rodolfo Vecino recalcó que se trata de una protesta pacífica, que esperan sea respetada por los efectivos de la policía y el ejército destacados en la zona, toda vez que éstos son dados a provocar y generar conflicto con los trabajadores para justificar el uso indebido de la fuerza.

“Los trabajadores no están bloqueando vías, simplemente hicieron uso del derecho constitucional de cesar actividades para protestar por la negativa de la Pacific Rubiales a resolver sus exigencias”, agregó Vecino, al tiempo que informó que ya se están preparando manifestaciones de apoyo de la comunidad en Puerto Gaitán, Puerto López y demás poblaciones adyacentes al campo petrolero.

“La USO le apuesta al diálogo y a una salida negociada que responda a lo que los trabajadores pretenden les sea reconocido, sobre todo en una explotación petrolera como la de Pacific Rubiales, donde las condiciones laborales son denigrantes y donde se requiere que la empresa empiece a cambiar su posición”, señaló Vecino.

Como se recuerda, el 21 de septiembre pasado, y tras dos jornadas de paro de la producción en el Campo Rubiales, 5 miembros de la directiva nacional de la USO y el vicepresidente de Asuntos Corporativos de Pacific Rubiales, Federico Restrepo, acordaron unas garantías para normalizar la actividad laboral y establecer una mesa de negociación, acuerdo que fue avalado por los ministros de Protección Social, Mauricio Santamaría, y de Interior, Aurelio Iragorri. Pero que hoy, un mes después, sigue sin ningún avance.

“Ya llevamos dos meses en reuniones y negociaciones y no nos resuelven nada, la empresa nos está tomando el pelo. Por eso este paro lo levantamos cuando nos atiendan. El ánimo de los trabajadores es total, y el de las comunidades también. Ya comenzaron a parar taladros, válvulas y todo lo demás, así que en las próximas horas el paro será total”, declaró a esta agencia de información Héctor Sánchez, miembro del Comité Coordinador Interno de los trabajadores contratistas”.

Si bien Campo Rubiales es el único campo petrolero hoy paralizado, no es el único que hoy tiene problemas laborales, según lo aseguró Rodolfo Vecino. También hay problemas laborales, que pueden desembocar en paros, en Casanare, Barranca de Upía, en Guaduas (Cundinamarca), Purificación, Tolima, donde está Petrobras, y en campos de Caquetá y Putumayo. “Porque el comportamiento de las multinacionales es igual en todo el territorio nacional donde se están desarrollando proyectos petroleros”, señaló Vecino. (*ENS-Colombia, 26.10.2011*)

Uruguay: AEBU rechaza pretención de rebajar salarios

El sindicato del sistema financiero no se mueve al influjo de caprichos ni de interpretaciones torcidas de las leyes; trabaja basado en hechos. Por ello podemos afirmar que el gobierno violó la Ley N.º 18508 de negociación colectiva en varias ocasiones. Una de ellas —la más gruesa— fue cuando planteó el recorte de las partidas que sustentan el pago del corrimiento automático.

En otro caso, los bancos oficiales no respetaron la obligación de suministrar información al sindicato, previa a la toma de decisiones que afectan al personal. Esta norma es muy clara y prevé no solamente la consulta a los trabajadores sino también su participación antes de la toma de decisiones unilaterales por la administración, que afecten sus derechos e intereses. Según lo prescribe el artículo 2 de la ley, deben consultarse a los trabajadores cuestiones como cambios en el sistema de concursos o en el de retribuciones variables.

Además objetamos la manera en que los bancos oficiales han manipulado las herramientas de gestión humana —como ascensos, sistemas de remuneración variable y evaluación de desempeño— con la consiguiente siembra de desconfianza sobre cualquier nueva propuesta en esos campos.

También ponemos en el centro de los cuestionamientos la actitud irracional del gobierno de provocar este conflicto en medio de un ciclo de grandes ganancias de los bancos oficiales, para intentar quitar a los trabajadores un beneficio que representa menos del 1 % de las utilidades de uno solo de esos bancos

Este aspecto numérico es el que analizaremos a continuación, porque para analizar el conflicto de la banca oficial necesitamos considerar en qué marco se desarrolla, sin manejar preconceptos o números del pasado sino la realidad actual de los bancos oficiales

Los números están de nuestro lado

A poco que se avance en el análisis se verá cuán inoportuna e injusta es la pretensión del gobierno de rebajar los salarios de los trabajadores bancarios.

Unos pocos datos, a cuenta de un mayor estudio posterior, nos darán una idea de la situación:

- El BROU, ganó 9,8 millones de dólares en 2000 y alcanzó una utilidad de US\$ 144 millones en 2010 (quince veces más).
- El BHU, por su parte, perdió US\$ 215 millones en 2000 y US\$ 419 en 2001, mientras que en 2009 ganó US\$ 17,3 millones y en 2010 US\$ 27 millones.
- El BSE, mientras en 1997 ganaba apenas 6,6 millones de dólares, en 2010 obtuvo beneficios por casi 10 veces esa cantidad: US\$ 60.5 millones.
- El patrimonio del BROU, entre 2005 y 2010 más que se triplicó; el del BHU se multiplicó por 23 y el del BSE lo hizo 2,5 veces
- El número de trabajadores de los bancos oficiales se redujo de manera importante y su productividad se elevó en forma marcada.

Tras la lectura de este simple punteo, puede verse que todos los indicadores dan excelentemente bien para los bancos y no tan bien para los funcionarios, conclusión que fundamenta la postura de nuestro sindicato de rechazar de plano la discusión de rebajas salariales.

Video de Aebu denuncia injusta pretensión del Gobierno

En su campaña de lucha por la obtención de un convenio justo para los bancarios oficiales, Aebu elaboró un video que se está difundiendo en horarios estratégicos de nuestra televisión.



Apoyen a los trabajadores de Atento México

¡Ayuden a los trabajadores de Atento México a celebrar unas elecciones sindicales justas!

Unos días después de la Conferencia inaugural de UNI ICTS Global Union, recibimos la noticia de que el lunes se celebrarán nuevas elecciones en Atento México.

El sindicato cuenta con dos días para encontrar trabajadores con derecho a voto entre los trabajadores de ocho lugares de trabajo y debe hacerlo sin derechos de acceso a los trabajadores y sin una lista de los trabajadores con derecho a voto. Además, los gerentes ya han reiniciado su campaña antisindical para impedir que los trabajadores voten afiliarse al Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana (STRM). Sin embargo, estamos dispuestos a apoyar al STRM en su lucha.



Dan su apoyo a los trabajadores y las trabajadoras de Atento México con un mensaje de solidaridad en Facebook: <https://www.facebook.com/SolidarityAtentoMexico>

La última elección se celebró hace más de un año y se desarrolló en un clima de amenazas e intimidación a los trabajadores para que no votaran por el sindicato democrático STRM. El Tribunal de Trabajo mexicano anuló los resultados de la elección del año pasado debido a la interferencia por parte de la empresa para mantener su sindicato de protección antidemocrático que representa los intereses de la dirección, en lugar de los de los trabajadores.

Afiliados de UNI están enviando mensajes electrónicos a Oscar Maraver, el director de recursos humanos de Telefónica, la empresa matriz española de Atento, para pedirle que garantice que los trabajadores de Atento México tengan una oportunidad justa de afiliarse al sindicato auténtico y democrático STRM.

Con tan solo dos días para prepararse para las elecciones, le piden que haga lo siguiente:

1. La dirección local de Telefónica debe proporcionar al STRM listas con los nombres y la ubicación de los trabajadores.
2. El STRM debe tener acceso a los lugares de trabajo con el objetivo de celebrar reuniones con los empleados.
3. El acuerdo de neutralidad firmado a comienzos de este año debe hacerse público de forma inmediata en los locales de trabajo y ser difundido claramente en todos los niveles de la empresa, para que sus gerentes y supervisores se abstengan de intervenir en el proceso electoral y de apoyar al sindicato de protección. De hecho, hemos sido informados que los gerentes y supervisores de la empresa ya han iniciado una campaña de calumnias e infundios en contra del STRM para manipular, una vez más, el voto de los trabajadores.
4. La empresa no debería intimidar a los trabajadores con la presencia de matones, ni dentro ni fuera de los lugares de trabajo.

Los sindicatos van a observar las elecciones de cerca para asegurarse de que la empresa actúa debidamente.

Más de 150 dirigentes sindicales de telecomunicaciones y TI en México se suman a 1.000 trabajadores y sindicalistas de Atento para apoyar la libertad de asociación

Dirigentes de sindicatos de telecomunicaciones y tecnología de la comunicación de todo el mundo llevaron a cabo una manifestación en México esta tarde para apoyar a los trabajadores del centro de llamadas de Atento que están luchando para formar un sindicato independiente y democrático.

Los 158 dirigentes de 37 países que se encuentran en México para la conferencia inaugural de UNI ICTS se manifestaron en apoyo a los miles de trabajadores de Atento que están luchando por unas elecciones justas para elegir como su representante al sindicato mexicano independiente de telecomunicaciones, el Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana (STRM). Atento tiene actualmente un "sindicato de protección" que representa los intereses de la dirección y no los de los trabajadores.

Américas: auto-reforma sindical para enfrentar el neoliberalismo

Una de las líneas de acción de la ICM en la Región se desarrolla en conjunto con las demás federaciones sindicales internacionales, confederaciones y centrales sindicales nacionales, la **Confederación Sindical de Trabajadoras y Trabajadores de las Américas (CSA)** y otros. El elemento común de esta línea de acción es el enfrentamiento de la herencia neoliberal de los años 80-90 en América Latina y el Caribe.

La herencia neoliberal significa un ambiente propicio a los negocios y a una dificultad a la organización sindical y a la negociación colectiva, expresión de una política global dictada por un sistema financiero contrario a cualquier tipo de regulación o control mismo de los estados nacionales que se resumieron a meros ejecutores, cuando mucho, de unas políticas remediadoras de los desequilibrios ambientales y sociales en que resultaron.

Políticas globales con efectos nacionales. Una tendencia cada vez más común en una economía globalizada. De ahí la necesidad de una respuesta sindical en el nivel internacional con efectos en las políticas socio-laborales-ambientales nacionales.

Eso es el motivo de la reunión que inaugura esa semana en la sede de la OIT América en Lima, la segunda fase del proyecto de auto-reforma sindical que conduce la CSA con sus organizaciones afiliadas y fraternales, entre las cuales, la CGTP, la CUT y la CTP, las 3 de Perú.

La **ICM América Latina y el Caribe** da seguimiento a su contribución específica, en el sentido de añadir la dimensión particular de la construcción, la industria de materiales, la silvicultura y la madera. En todos esos sectores la Internacional desarrolla programas de capacitación de sus afiliados y algunos fraternales destinados a su fortalecimiento por medio de la organización, del incremento de la membrecía y de su capacidad de negociación en todas las dimensiones de la relación capital-trabajo desde un punto de vista de clase en torno de la remuneración, de las condiciones laborales, de las normas de salud y seguridad en el trabajo, de la dimensión de género, de la participación de jóvenes, de cuidado con los de mayor edad etc.

La Reunión del **GTAS**, también marca el inicio de la segunda Fase del Proyecto de Fortalecimiento Sindical para América Latina (FSAL-OIT), del cual participan las Federaciones Sindicales Internacionales y la CSA, con el apoyo de CC.OO. y UGT-España entre otros, el programa de auto-reforma incluye a la superación de la negociación por empresa por la negociación por rama, además de incorporar los derechos de las/los trabajadoras migrantes, la organización de redes sindicales de empresas multinacionales, financiación sindical y transparencia entre otros temas. *(ICM América Latina, 25.10.2011)*

Multinacionais: Sindicatos da ICM saem na frente

"Precisamos de uma estratégia mais complexa para abordar a organização em empresas multinacionais e projetos de infra-estrutura uma vez que, temos muitos atores multinacionais, governos, capital e também a FIFA envolvidos", disse Ambet Yuson, secretário-geral da ICM em debate na conferência-sobre "a organização dos trabalhadores em empresas multinacionais e projetos de infra-estrutura" que aconteceu em Madrid, Espanha, nos dias 19 e 20 de outubro de 2011 e contou com a presença de 230 sindicalistas de 42 países.

Entre os itens discutidos na conferência estão os acordos internacionais entre sindicatos e empresas, as redes em empresas multinacionais e os projetos de infraestrutura, como o Canal do Panamá, as estradas e ferrovias na região dos Balcãs, a Eurocopa 2012 na Polónia e na Ucrânia, a Copa do Mundo de 2014 no Brasil e usinas hidrelétricas na África.

A ICM desenvolveu muitas ferramentas para que as multinacionais se envolvam no diálogo social e assinem acordos globais de promoção dos direitos dos trabalhadores. Os participantes debateram o uso efetivo dos 16 acordos entre a ICM e empresas multinacionais, bem como das redes globais e das campanhas internacionais. As discussões destacaram as diversas campanhas realizadas pela ICM, incluindo uma contra IKEA nos EUA, que conseguiu obrigar a gigante indústria de móveis sueca IKEA- Swedwood a reconhecer o Sindicato de seus trabalhadores em Danville, Virginia, como faz no seu país sede, a Suécia. Outra campanha é contra Holcim, onde a ICM está pedindo um fim à discriminação contra os trabalhadores temporários da empresa na Índia, a maioria dos quais está empregada na multinacional suíça de cimento há muitos anos. (...) **(leia mais >)**

Los sindicatos dicen al G20 que se centre en los empleos

En una declaración a la reunión de los líderes del G20, que se celebrará en Cannes los días 3 y 4 de noviembre, los sindicatos mundiales afirman que los buenos empleos son la única receta que puede tener éxito para la recuperación y el crecimiento sostenible, que la creación de empleo ha de figurar en el centro de las políticas macroeconómicas y que hay que ajustar la política fiscal para apoyar el crecimiento y la creación de empleo.

Los líderes del G20 se reunirán en Cannes en momentos en que la crisis financiera, económica y social entra en una "nueva fase peligrosa". El crecimiento económico es lento en casi todos los países, y la pobreza extrema aumenta espectacularmente desde el inicio de la crisis. Mientras tanto, el desempleo mundial sigue superando los 200 millones, 27 millones más que antes de la crisis.



El desempleo representa ahora la mayor amenaza para la recuperación. Junto con el crecimiento del desempleo de larga duración, el alto desempleo de los jóvenes amenaza con debilitar el potencial de crecimiento a largo plazo. El lento crecimiento y el aumento del desempleo, combinados con el incremento de la desigualdad de ingresos en la mayoría de los países del G20, amenazan la recuperación, debilitan el crecimiento a largo plazo y elevan el riesgo de una gran explosión social y de la inestabilidad política.

Los líderes del G20 deben transmitir un fuerte mensaje de confianza a las familias trabajadoras, y no sólo a los mercados financieros, rompiendo el círculo vicioso de la inseguridad de los empleos, depresión de los sueldos, supresión del consumo y bloqueo de la inversión. Un plan para los empleos y la recuperación no sólo ha de frenar la crisis, sino configurar un mundo posterior a ella que sea económica, social y ambientalmente justo y sostenible.

El G20 tiene que:

- Cumplir su compromiso de Pittsburgh de situar «los empleos de calidad en el centro de la recuperación», estableciendo objetivos de empleo diferenciados pero coordinados para los países del G20, y tomar medidas inmediatas sobre programas de infraestructura con gran densidad de empleo, inversión en empleos verdes y programas de mercado del trabajo para mejorar las calificaciones;
- Reforzar las instituciones del mercado de trabajo, especialmente la negociación colectiva, salarios mínimos negociados y legislados, apoyo a los grupos de bajos ingresos para reducir la desigualdad salarial, y un pacto de empleos para los jóvenes;
- Establecer un mínimo de protección social, apoyado mediante una financiación adecuada, con arreglo a los niveles de desarrollo;
- Aplicar rápidamente reformas efectivas del sector financiero y establecer una tasa sobre las transacciones financieras.

Los ministros de Finanzas del G20 no han incluido el empleo entre los indicadores de la política macroeconómica. Los objetivos de empleo tienen que incorporarse ahora en los programas económicos nacionales.

Léase la declaración completa aquí.

Documentales sobre conflictos ambientales en el Cono Sur

Amnistía Internacional inaugura hoy en Santiago de Chile un ciclo de cine documental que se realizará simultáneamente en Argentina, Uruguay y Perú con el fin de reflejar los conflictos socioambientales generados por las multinacionales en el Cono sur.

La muestra, titulada "Extracción de derechos. Industrias extractivas y derechos humanos en Sudamérica", comenzará hoy en Santiago con el estreno del filme chileno "Cazador de Agua" de Dauno Tótoro, una película que habla del "uso y abuso" que los grandes proyectos industriales hacen del agua.



"Las empresas pueden ser cómplices y, en algunos casos, directamente responsables de abusos contra los derechos humanos, y a menudo no hay una vía efectiva para exigir justicia", señaló la directora de AI Chile, Ana Piquer, en un comunicado.

En este sentido, Piquer subrayó que la muestra tendrá el doble objetivo de "visibilizar y denunciar" los abusos y las violaciones a los derechos humanos que las grandes industrias extractivas cometen en el ejercicio de su actividad.

"Gurises al abordaje" (Argentina), "Chao pescao" (Chile), "Operación Diablo" (Perú), "El Dorado" (Chile), "Por la tierra" (Paraguay) y "Tambogrande" (Perú) serán algunos de los documentales que se proyectarán desde hoy y hasta el 19 de octubre en la sede del Archivo Nacional de Chile en Santiago.

El cartel de la muestra lo completan "Cielo abierto" (Argentina), "Vienen por el oro. Vienen por todo" (Argentina), "Tierra Arrasada" (Paraguay), "Con la Soja al cuello" (Uruguay), "Salmonopoly" (Chile) y "La Soberbia" (Chile). (EFE, 11.10.2011)

Multinacionales lanzan advertencias sobre cambio climático

Casi doscientas importantes empresas de treinta países advirtieron que el cambio climático representa un riesgo para la prosperidad mundial en el futuro.

Instando a los gobiernos a que tomen más medidas con respecto al tema, el grupo, que incluye a la compañía de internet eBay, el gigante de productos químicos Unilever y la compañía de productos electrónicos Philips, sostiene que la cumbre de Naciones Unidas sobre cambio climático del próximo mes es una oportunidad para tomar acciones más eficaces.

El grupo se refirió a la necesidad de proteger los bosques tropicales, aumentar la reducción de emisiones de efecto invernadero y garantizar que los países más pobres puedan desarrollar una infraestructura menos dañina para el clima.

Mientras tanto otro informe sobre cambio climático y migraciones en los próximos 50 años - encargado por el gobierno británico - recomendó ayuda inmediata para zonas propensas a inundaciones y sequías, agregando que es esencial poner énfasis en establecer políticas internacionales sobre migración. (BBC, 20.10.2011)

Não à estrada em TIPNIS! Não à hidrelétrica de Belo Monte!

Egon Dionísio Heck

Assessor do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Mato Grosso do Sul

Notícia silenciada. Depois de percorrer 600 quilômetros a marcha indígena chegou a La Paz. Muito sofrimento, enfrentando repressão armada, incompreensão, cansaço! Vitoriosa, os marchantes se acampados em frente ao Palácio presidencial, na praça Murilo, aguardam uma audiência com o presidente Evo Morales. Este, ao atender a demanda indígena de não construir a estrada que cortaria o Território Indígena e parque, disse "para mim isso é governar obedecendo o povo".

As previsíveis consequências desastrosas para os povos indígenas e o meio ambiente resultou na desistência da obra em seu traçado original. "A construção da estrada feria os direitos fundamentais dos povos indígenas, como o de livre determinação. Não foi feita uma consulta aos povos Indígenas, mas a marcha de mais de dois meses é a expressão dessa rejeição. O desenvolvimento tem sido quase igual à morte ou ao desaparecimento dos povos Indígenas - disse Carlos Candori, do Centro de Estudos Multidisciplinar Aimará. (O globo, 22-10-11)

Parece que o desenvolvimentismo do governo brasileiro não tem a mesma sensibilidade. As inúmeras manifestações e clamores dos povos indígenas e setores atingidos pela projetada hidrelétrica parecem encontrar ouvidos moucos, numa clara demonstração de que "governar é afrontar o povo, em detrimento do grande capital!".

Certamente o governo de Evo saiu chamuscado por subestimar a férrea decisão indígena em defender seus direitos, e os direitos da Mãe Terra. Mas também teve a honradez de reconhecer o erro e pedir perdão à população indígena em marcha.

Em comunicado, o Conselho Continental Guarani, cujo presidente, Celso Padilha esteve entre os que foram presos, repudiam a violência contra os povos indígenas em marcha e luta pelos seus direitos e os direitos da mãe terra. Pedem ao governo boliviano que respeite os direitos humanos e garantam aos indígenas a integridade de seus territórios.

Não à hidrelétrica de Belo Monte

Inicia hoje, em Altamira, Pará, mais um momento de intensos debates sobre a necrófila obra, que só irá atender as demandas imediatas das grandes empreiteiras e do capital devastador. Para a social democracia, tão a gosto do atual governo, o caminho é esse. Não se pergunta a que preço se forja o progresso, nem a quem mais beneficia. Falam mais alto os PIBs, a estabilidade do sistema financeiro, dos bancos, das indústrias poluentes.

Antônio Apinajé enviou um grito "Amazônia e seus povos, patrimônio ameaçado", assinado pela Associação União das aldeias Apinajé em que conclamam todos os povos indígenas da Amazônia e do Brasil e se unirem no seminário mundial contra Belo Monte "chegou o momento de nossa grande mobilização. Sintam se todos convidados para participar dessa discussão sobre esses projetos absurdos que estão ameaçando nossos rios Tocantins, Araguaia e Xingu. Grandes projetos da insanidade, que são defendidos por aqueles que pensam à Amazônia somente como um lugar de exploração ilimitada e infinita fonte de lucros. Porém nós povos indígenas, acreditamos na construção de uma nação plural e justa, caracterizada pelo respeito aos nossos direitos originários sobre nossos territórios já demarcados." Termina o texto com uma convocação ao debate e mobilização contra as hidrelétricas "Parentes indígenas da Amazônia e de todo o Brasil, participem do Seminário Mundial Contra a Barragem de Belo Monte, nos dias 25 a 27 de outubro de 2011, em Altamira-PA e vamos dizer NÃO aos projetos hidrelétricos de Belo Monte, Serra Quebrada e Santa Isabel".

Será que Dilma e seu governo desenvolvimentista terão a mesma grandeza de espírito do presidente boliviano?

Povo Guarani Grande Povo

Cimi 40 anos, Equipe Dourados, 25 de novembro de 2011

Cono sur: Multinacionales con interés en Carboclor

Es la empresa que quedó de Ancap en la vecina orilla

La empresa de petroquímicos Carboclor, propiedad de Ancap en Argentina está recibiendo propuestas de empresas multinacionales "muy importantes" que quieren asociarse para seguir expandiendo el negocio, informó a El País el director colorado, Juan Amaro.

"Es probable que en los próximos días tengamos novedades al respecto", adelantó el funcionario.

Esta unidad formaba parte del negocio de las estaciones de servicio ex Sol Petróleo (Petrolera del Conosur) que recientemente Ancap vendió en su totalidad a Pdvsa. Carboclor fue separada de la gestión de las estaciones de servicio ya que es una negocio que da ganancias a Ancap.

El director de Ancap comentó que en los últimos dos años esa empresa repartió dividendos por US\$ 3 millones y que actualmente tiene un plan de inversión de US\$ 40 millones en nueva infraestructura que está financiando con capital propio.

Además de contar con un número importante de depósitos, instalaciones industriales y un laboratorio, Carboclor tiene un puerto estratégico que está ubicado sobre el río Paraná.

La empresa de petroquímicos de Ancap en la vecina orilla está valuada por las autoridades del ente estatal en unos US\$ 70 millones. "Esta es una empresa modelo, por eso es que está despertando el interés de firmas extranjeras", destacó Amaro.

Polémica. El director en representación del Partido Colorado rechazó las estimaciones que realizó públicamente el titular de Ancap, Raúl Sendic, sobre el volumen de las pérdidas que significó la gestión de las estaciones de servicio de Petrolera del Conosur (ex Sol Petróleo) en la vecina orilla que, según Sendic, rondaron los US\$ 200 millones.

Amaro afirmó a El País que el rojo de este negocio en 12 años alcanzó los US\$ 140 millones. Agregó que durante la gestión del Partido Colorado en Ancap la empresa perdió US\$ 80 millones, pero que luego se agregaron otros US\$ 60 millones que corresponden a los seis años que tuvo la actual administración (del Frente Amplio). "No compartimos la cifra de US\$ 200 millones que se ha manejado. Además creemos que también debe tenerse en cuenta la otra pata del negocio (por Carboclor)", rechazó Amaro.

Ancap había adquirido la ex Sol Petróleo en 1999 por US\$ 25 millones, que abarcaba la red de estaciones de servicio y también la empresa de petroquímicos (Carboclor) que hoy mantiene en un 100% el ente uruguayo. (*El País Digital*)

Argentina: Multinacionales vuelven a fabricar tractores

La compañía John Deere invertirá 120 millones de dólares en la planta de Granadero Baigorria para fabricar cosechadoras y tractores, duplicar la capacidad de producción de motores y ampliar los centros de distribución...

La compañía John Deere invertirá 120 millones de dólares en la planta de Granadero Baigorria para fabricar cosechadoras y tractores, duplicar la capacidad de producción de motores y ampliar los centros de distribución y de atención al cliente. El proyecto demandará, en los próximos tres años, la incorporación de 300 trabajadores en forma directa. Se estima que en junio del año próximo saldrían las nuevas unidades.

Durante un acto que encabezó la ministra de Industria, Débora Giorgi, se colocó la piedra fundamental de la nueva línea de producción. Estuvieron en el palco el presidente de John Deere Argentina, Antonio García, junto a autoridades de la firma a nivel sudamericano, el gobernador electo Antonio Bonfatti, el primer candidato a diputado nacional por el Frente para la Victoria e intendente rafaelino Omar Perotti, el diputado nacional Agustín Rossi y el intendente de Granadero Baigorria, Alejandro Ramos.

Las empresas nacionales y las extranjeras instaladas en Argentina llegaron abastecer la demanda con productos fabricados en el país y exportar el 20 por ciento del volumen. Esto fue hacia mediados de los años 60. Luego, el largo proceso de desindustrialización liquidó, salvo contadas excepciones, la producción local de los equipos agrícolas más sofisticados. John Deere, recordó Giorgi, dejó de fabricar cosechadoras en el 96, cuando pasó a ser proveedora de motores a la planta brasileña de Horizontinha. (...) (*La Capital*, 15.10.2011)

Multinacionais brasileiras dinamizam a economia

Glauco Arbix e Luis Caseiro

Com direito a destaque na mídia, as matrizes das multinacionais brasileiras registraram grande transferência de recursos gerados por suas subsidiárias no exterior. Apenas de janeiro a agosto deste ano o montante foi de US\$ 22,8 bilhões, o que expressa o potencial dinamizador do processo de internacionalização das empresas brasileiras. Esse movimento, porém, não é exatamente uma novidade, uma vez que já ocorre pelo quinto ano consecutivo.

De 2007 a 2011 (agosto), as multinacionais brasileiras trouxeram do exterior US\$ 107,6 bilhões em investimentos. Mais importante ainda, diferentemente do que afirmaram alguns analistas, essa transferência não representou um refluxo do processo de internacionalização. Mesmo em 2009 e 2011, quando a internacionalização de investimentos superou o volume de recursos enviados ao exterior, as empresas brasileiras ampliaram ainda mais seus ativos fora do país.

Há diferenças entre o tipo de investimento que entra e o que sai. Enquanto que 63% (ou US\$ 79,3 bi) do Investimento Externo Direto (IED) realizado pelas matrizes brasileiras nesses cinco anos destinaram-se à aquisição de empresas no exterior, apenas 15% dos recursos que entraram tiveram origem na liquidação de ativos. Os 85% restantes (US\$ 91,4 bi) foram empréstimos que as subsidiárias brasileiras fizeram para suas matrizes aqui instaladas. Ou seja, ao mesmo tempo em que compraram ou participaram de mais empresas no exterior, as empresas brasileiras levantaram, via subsidiárias, novos recursos para investir no mercado interno.

Até agosto desse ano, as matrizes brasileiras enviaram US\$ 8 bilhões líquidos para aquisições totais ou parciais (acima de 10%) de empresas no exterior. Ainda é um desafio identificar e mapear com detalhes quais são os alvos dessas ações e seus impactos no país.

Se é certo que o movimento é recente e os dados ainda carecem de séries históricas mais consistentes, a tendência já revelada serve para contrariar os temores de que a internacionalização ocorreria em detrimento do investimento doméstico. Pelo contrário, a história da internacionalização das empresas brasileiras desde os anos 70 mostra que os períodos em que o estoque de IED brasileiro mais cresceu foram aqueles nos quais a economia nacional esteve mais aquecida.

Embora um grupo de multinacionais brasileiras tenha iniciado sua expansão durante a década de 80, a maioria apenas abriu subsidiárias comerciais, com o intuito de promover exportações. Isso significa que o acumulado da internacionalização dos anos 80 representou pouco em termos de IED.

Mais recentemente, embalados pela retomada do crescimento da economia, os investimentos externos voltaram a crescer. Só que desta vez numa escala sem precedentes na história e abrangendo um número muito mais amplo de empresas e cadeias produtivas.

Na última década, cresceu de forma exponencial a internacionalização de empresas dos setores produtores de commodities, como a Vale, Gerdau e Petrobras. Essas empresas são hoje players globais que ampliaram as receitas de exportação, de impostos e de postos de trabalho diretos e indiretos, assim como contribuíram para um amplo reposicionamento do Brasil no cenário geopolítico internacional.

Outras grandes empresas como Embraer e Braskem, que possuem enorme potencial de inovação, também se tornaram atores internacionais de peso, em condições de disputar a liderança tecnológica e comercial em seus respectivos mercados. Além dessas, dezenas de outras empresas como no setor mecânico (WEG), no de veículos (Marcopolo), autopeças (Sabó), software (Totvs), hardware (Bematech) e cosméticos (Natura e Boticário), apenas para citar alguns exemplos, ampliaram de forma significativa sua presença externa, mas dessa vez sem se limitar à América Latina. Buscaram com ousadia os maiores e mais dinâmicos mercados do mundo, inclusive os asiáticos, como forma de conquistar novos clientes, gerar e absorver competências e ganhar competitividade.

Não é somente via acesso a novos recursos financeiros que a internacionalização das empresas beneficia o país. Vários são os estudos que demonstram haver uma alta correlação entre internacionalização e a capacidade de inovação, assim como com o aumento de produtividade, com a diversificação produtiva e com o aumento das exportações.

Mais do que isso, quando os obstáculos e as dificuldades prevalecem e as empresas não são capazes de incorporar a internacionalização como parte integrante de suas estratégias corporativas, longe de encontrar proteção no mercado interno, apenas vêem aumentar o risco de estagnação e a perda de dinamismo.

O atual apoio do governo à internacionalização está, portanto, associado à busca de uma inserção externa dinâmica para as empresas brasileiras. Incentivar as empresas a batalhar sistematicamente pelo aumento de produtividade, com base na ampliação do conteúdo tecnológico de suas atividades e na valorização das iniciativas intensivas em conhecimento, é o único caminho capaz de elevar o padrão de competitividade da economia e sustentar um longo ciclo de crescimento para o país.

(Valor Econômico, 20.10.2011)

PT reforça Estado na economia e cria 40 estatais

Total de empresas criadas desde 2003 já supera o de companhias que foram liquidadas ou vendidas na gestão FH

Com a chegada do PT ao poder em 2003, o programa de privatizações iniciado no governo de Fernando Collor de Mello sofre mudanças. Embora rodovias e hidrelétricas tenham sido concedidas à iniciativa privada desde então e os aeroportos sejam os próximos da fila, percebe-se uma forte retomada do papel do Estado na economia. A face mais visível dessa reviravolta é o crescimento no número de estatais. Hoje, elas somam 147, ou seja, há 40 a mais do que em janeiro daquele ano, segundo o Ministério do Planejamento.

As 40 novas empresas são o saldo entre a criação e a extinção de estatais desde 2003 e representam um movimento na direção contrária do que ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando a lista de estatais foi reduzida em 38 empresas, para 107. É como se o enxugamento da máquina pública promovido nos dois mandatos tucanos tivesse sido apagado. Em 1990, quando Collor assumiu a Presidência, eram 186 estatais. O GLOBO publica hoje a última reportagem da série sobre os 20 anos de privatizações no Brasil.

Fundos de pensão de estatais ampliam atuação

Quem puxa o crescimento das estatais é a Petrobras, que criou 40 subsidiárias no governo Lula. Sua expansão resulta, em parte, da intenção do governo de ampliar a presença do Estado em áreas consideradas estratégicas, como a petroquímica. Se nos anos 90, a empresa se retirou do setor, na última década, ela voltou com força, induzindo o processo de consolidação. Hoje, a Braskem, na qual ela é sócia com a Odebrecht, domina os três polos petroquímicos no país.

Mas não foi apenas a petrolífera que ampliou seus tentáculos. Entre as estatais recentemente criadas estão a Hemobrás (que produzirá derivados de sangue) e a Ceitec (que atua no setor de semicondutores). Do lado das empresas liquidadas está, por exemplo, a Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

O economista Vladimir Maciel, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Mackenzie e autor de artigos sobre o tamanho do Estado, não vê a expansão das estatais em si como um problema. Lembra, no entanto, que num governo democrático mais estatais significa mais espaço para dividir com os partidos da coalizão, abrindo brechas para o aparelhamento das empresas.

- Dividir o poder é legítimo, a questão é qual será o critério de composição do governo. A ocupação de cargos do segundo escalão, por exemplo, é muito pouco transparente.

Completam o tripé que sustenta o atual modelo de desenvolvimento a expansão dos fundos de pensão patrocinados por estatais e sob forte influência da União, bem como o fortalecimento do BNDES, especialmente apoiando a formação de multinacionais brasileiras.

O avanço dos fundos foi mapeado pelo professor do Insper Sérgio Lazzarini. No seu livro "Capitalismo de Laços", ele mostra que o número de empresas em que a União tem participações, seja por meio da BNDESPar - braço de participações do BNDES - ou dos fundos de pensão Previ, Petros e Funcef subiu de 72 em 1996, para 119 em 2009. Ele lembra que os laços do Estado com grupos privados se inserem num modelo de gestão criado na época de FH, já que muitas empresas privatizadas tinham fundos de pensão ou o BNDES nos consórcios, mas frisa que tal modelo foi replicado e expandido no governo Lula.

- O lado negativo disso é uma possível maior interferência do Estado nas empresas, como o recente caso da Vale - diz Lazzarini, referindo-se à pressão para troca de comando na empresa por parte do governo, que detém direta e indiretamente mais de 60% da holding que controla a mineradora.

Quanto ao fortalecimento do BNDES, uma das críticas recai sobre a estratégia de "construção de campeões nacionais", nas palavras de Lazzarini, por meio de apoio a fusões de empresas para formação de grandes grupos, como Oi/BrT e JBS/Friboi, aproximando-se do modelo de desenvolvimento dos anos 70. Para o economista Fábio Kanzuc, da USP, essa estratégia é maléfica para o país. Isso vai além da falta de debate sobre quais setores e empresas merecem ter os juros subsidiados do banco:

- O BNDES, ao escolher empresas e setores, em geral os grandes, prejudica médias empresas e faz com que a produtividade do país seja menor.(...) *(Danielle Nogueira e Henrique Gomes Batista) (O Globo, 30.10.2011)*

Alertas para América del Sur desde la economía mundial

Por Ramiro Albrieu

Los desarrollos recientes de la economía mundial no deparan buenas noticias para la región. El estancamiento en Estados Unidos, el agravamiento de la situación europea y la desaceleración del crecimiento en Asia moldean un escenario sombrío para los próximos meses. De ser moderado, este cambio tiene un efecto positivo, en tanto da un contrapeso para las dinámicas de crecimiento de la región, signadas por fuertes presiones inflacionarias y apreciación cambiaria. Sin embargo, a medida que la situación se hace persistente, la hipótesis del "rebalanceo global" cobra más sentido y la consecuente orientación "hacia dentro" de la demanda asiática puede llegar a revertir el "viento de cola" de la última década.

El mundo avanzado en problemas

La turbulencia global iniciada con la crisis subprime parece haber entrado en una nueva fase. En esta, y quizás por primera vez desde que se inició la recuperación, hay poca guía para los policy makers de las principales economías del mundo sobre los próximos pasos a seguir. Dos años después de la aparición del "consenso keynesiano", cuando se aplicaron las primeras políticas masivas de intervención anti-crisis, en distintas partes del mundo las perspectivas a futuro son más bien negativas y reina el disenso sobre qué hacer de aquí en más. Es que a la crisis le siguió el estancamiento económico y para los esquemas de política la etapa siguiente, de "reforma" (que implica distintas cosas en distintas partes del mundo), ha comenzado. Y en ese proceso quedó claro otro problema asociado a las crisis: es difícil distinguir los problemas coyunturales de los estructurales, y muchas veces se decide sobre los segundos con la agenda y la urgencia de los primeros. Las mudanzas en los regímenes de política macroeconómica se hacen entonces volátiles y erráticas, y el resultado final es un aumento en la incertidumbre.

En Estados Unidos el diagnóstico resalta dos síntomas: el magro desempeño macroeconómico y los alarmantes datos sobre los efectos sociales de la crisis. Sobre lo primero, cada vez toma más forma la hipótesis de que la crisis subprime tuvo efectos permanentes sobre la capacidad de la economía norteamericana para crecer y generar empleo. Sobre lo segundo, dos cuestiones resaltan. La primera es que la pobreza alcanza ya a 46 millones de personas, o un 15,1% de la población. Este guarismo implica un pico histórico para la tasa de pobreza: el máximo en los últimas tres décadas. La segunda cuestión tiene que ver con el persistente deterioro en la distribución del ingreso. El último dato disponible, de 2010, muestra que mientras el 20% más rico captura el 50% de la renta, el 20% más pobre se lleva apenas un poco más de 3%. Así, un norteamericano rico promedio cobra 15 veces más que un norteamericano pobre promedio, el mayor valor de los últimos 50 años. No parece casual la aparición de los "indignados" en esa parte del mundo.

Mientras tanto, en Europa las perspectivas son aún más sombrías. El daño en la capacidad para crecer que generó el crash de 2008 parece aún mayor que en Estados Unidos: de hecho el PBI regional se encuentra por debajo del nivel previo a la crisis. En esta coyuntura negativa se debate en una cuestión estructural: cuál es el futuro del euro. En los últimos años se evidenció una falla fundamental en la construcción institucional de la región: la unificación en el plano monetario y financiero resultó inadecuada desde el punto de vista de los países participantes del acuerdo. El dilema es más profundo porque lo que no se sabe aún es si la arquitectura regional ha sido insuficiente o excesiva. Por supuesto, distintos diagnósticos que implican diferentes recomendaciones de política: si falta integración, la cuestión es regionalizar las políticas fiscales y de gestión de la deuda pública (y hacerse cargo de los costos de la crisis actual), si sobra integración, el tema es detectar qué partes de las políticas comunes hay que desactivar. No solo es difícil elegir la dirección del cambio; además las características del camino son desconocidas. Si se toma la primera dirección, los consensos políticos necesarios son muy difíciles de conseguir. Se trata de pasar en el plano fiscal de un acuerdo (el Pacto de Estabilidad y Crecimiento) que prácticamente no cumplía ningún gobierno a la creación de una entidad fiscal supranacional que recaude ingresos y provea bienes públicos, y en el plano de la gestión de la deuda del "efecto aura" en los mercados financieros a la emisión de eurobonos. En la segunda dirección tampoco hay un sendero definido. Principalmente para las economías que deben realizar el ajuste de la absorción, no queda claro cómo incentivar demanda externa. Para lograrlo deben aumentar la competitividad, pero la tarea no es sencilla: deben convencer a sus ciudadanos que comiencen a utilizar una moneda nueva, que denominen con ella a sus contratos, para luego depreciarla y bajar los costos internos, y todo ello con urgencia. (...)

Lea en la íntegra en el Observatorio Económico de la Red Mercosur

Cristina Kirchner arrasa en las elecciones en Argentina

La presidenta Cristina Fernández de Kirchner arrasó hoy en las elecciones generales de Argentina y obtuvo la reelección como candidata del peronista Frente para la Victoria (FPV) con el 52,84 por ciento de los votos y una ventaja de casi 36 puntos porcentuales sobre el opositor Hermes Binner.

Binner, candidato del Frente Amplio Progresista (FAP), recibió el 17,22 por ciento de los sufragios, mientras el radical Ricardo Alfonsín, de la Unión para el Desarrollo Social (UDESOS), obtuvo el 13,05 por ciento, según el escrutinio oficial del 19,44 por ciento de las mesas de votación.

En tanto, los peronistas disidentes Alberto Rodríguez Saá, de Compromiso Federal; y Eduardo Duhalde, de Frente Popular; percibieron el 7,29 y el 5,71 por ciento de los votos, respectivamente. El candidato del Frente de Izquierda y los Trabajadores, Jorge Altamira, quedó con 2,17 por ciento; y Elisa Carrió, de la Coalición Cívica, se ubica última con sólo el 1,72 por ciento.

Fernández de Kirchner, de 58 años, asumirá su segundo mandato el próximo 10 de diciembre por otros cuatro años, hasta diciembre de 2015, y estirará a doce años la era kirchnerista en la Argentina.

Numerosos seguidores kirchneristas se congregaron ya en la histórica Plaza de Mayo y frente al hotel donde el FPV instaló su bunker para celebrar el triunfo electoral.

La jefa de Estado se impondría así con el mayor respaldo de la ciudadanía desde el regreso de la democracia en 1983, superando el 51,75 por ciento de los votos que obtuvo ese año el radical Raúl Alfonsín, padre de Ricardo.

Unos 28.915.030 ciudadanos fueron convocados a votar presidente y vicepresidente de la nación, 130 diputados, 24 senadores, y gobernadores, legisladores y autoridades municipales en nueve provincias.

El oficialismo se impuso en ocho de las nueve provincias que celebraron elecciones distritales, entre ellas la influyente Buenos Aires.

El gobernador de la provincia de Buenos Aires, el kirchnerista Daniel Scioli, también obtuvo la reelección en el distrito que es el más importante a nivel demográfico y económico del país y representa el 37 por ciento del padrón nacional. *(dpa, 23.10.2011)*



Humala un Estado fuerte que enfrente a las multinacionales

El presidente Ollanta Humala, planteó un Estado fuerte que enfrente a las multinacionales fustigando el modelo neoliberal dentro de la vigésima primer Cumbre Iberoamericana que se llevó a cabo en Paraguay.

El presidente peruano dijo que se requiere un Estado con un mayor énfasis en la regulación y en el papel de promotor de las inversiones (como ha sido en los últimos años), buscando un nuevo modelo de Estado, que sea más fuerte inclusive para enfrentar a las transnacionales.

Humala: Latinoamérica no debería depender tanto de la venta de materia prima

El presidente peruano, Ollanta Humala, calificó este sábado de "frágil" el crecimiento de América Latina en estos últimos años y alertó de los riesgos de la excesiva dependencia de la venta de materias primas.

"Si nuestros compradores simplemente cambian la política por temas de crisis o especulación, nos dejan descolocados", explicó el mandatario en su primera participación en la Cumbre Iberoamericana, cuya edición de este año se celebra en Asunción.

Humala se refirió en su discurso a las medidas que deberían tomar los estados de la región para diversificar sus economías, entre ellas aumentar su inversión en investigación y desarrollo.

"¿Cuánto estamos pagando cada país por la modernidad? ¿Cuánto pagamos por la tecnología del sistema de audio, de autos que no fabricamos, de armas que no fabricamos, de infraestructuras que tenemos que alquilar?", preguntó al resto de mandatarios.

Sobre el lema de la cumbre, "Transformación del Estado y Desarrollo", el mandatario llamó a llevar el Estado, la salud y la educación "hasta la punta del cerro y a los sitios más recónditos de la República" para fomentar la inclusión social y garantizar el progreso a largo plazo.

"Tenemos la responsabilidad de darle un empuje a los estados, recuperar su espacio", agregó tras recordar que algunas empresas multinacionales tienen "más plata" que algunos estados.

Humala abandonó la sesión tras la foto oficial con el resto de los mandatarios para volver a Perú antes de lo previsto para ocuparse del fuerte terremoto que sacudió al país el viernes.

Humala expresa a España preocupación por contencioso judicial con Telefónica

El presidente de Perú, Ollanta Humala, el primero en abandonar hoy Asunción tras la XXI Cumbre Iberoamericana, admitió hoy su "preocupación" por la actuación judicial de la compañía española Telefónica contra el Estado peruano.

En una rueda de prensa tras la firma de la Declaración de Asunción, Humala dijo haber planteado esta cuestión en su reunión bilateral con el jefe del Gobierno español, José Luis Rodríguez Zapatero, con ocasión de la cumbre.

"Hemos señalado que está en la vía judicial y hay que respetar la vía judicial, pero que evidentemente para nosotros es una preocupación que grandes empresas que tienen muchos años en el Perú estén judicializando al Estado, en un proceso contencioso por el pago de tributos", dijo.

Telefónica, la operadora con mayor número de clientes en Perú, niega la deuda tributaria que le reclama el Estado peruano y ha llevado el contencioso por la vía judicial.

Pese a este contencioso, Humala dijo haber expresado a Zapatero que Perú es una "tierra de oportunidades" para las inversiones de países "que están en crisis", como España.

El nuevo presidente peruano defendió un Estado más potente para los países latinoamericanos, pues las "recetas de afuera" que tradicionalmente han seguido, sin escuchar las necesidades de su población, han causado un "arrinconamiento del Estado".

Los líderes reunidos en Asunción han estado de acuerdo, según Humala, en "repensar el Estado", y como tal se traduce en la Declaración consensuada.

Según Humala, tras dos décadas de "franco arrinconamiento del Estado" se ha llegado a una situación en que "una corporación multinacional puede poner en el banquillo de los acusados a un Estado".

Ya en su intervención en el plenario de la cumbre Humala se refirió a los juicios que afronta el Estado peruano por parte de multinacionales.

OIT destaca a importância de estatísticas

A Organização Internacional do Trabalho reuniu nesta cidade os encarregados de estatísticas laborais na América Latina, ressaltando a importância de contar com indicadores confiáveis que permitam adotar políticas adequadas, especialmente em tempos de incerteza econômica internacional como os que são vividos neste momento.

“Necessitamos informação a mais perto possível e em tempo real”, disse a Diretora Regional da OIT para a América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, ao inaugurar o encontro. “A ameaça de uma recaída da crise internacional nos põe em alerta e torna necessário conhecer melhor suas repercussões sobre o mundo do trabalho”.

O encontro reúne os responsáveis pelas pesquisas de emprego dos institutos de estatística da América Latina.

“A OIT atribui uma grande relevância e prioridade às estatísticas laborais e apoia os esforços para melhorar a base de conhecimentos para registrar melhor os fenômenos que se registram no mundo do trabalho”, disse Elizabeth Tinoco.

Durante a reunião destacou-se que os esforços realizados até agora na medição de estatísticas permitiram registrar algumas tendências do mercado de trabalho, como por exemplo a do desemprego urbano regional, que registra uma taxa de 7,3 por cento e que reflete a capacidade dos países da região para resistir à crise internacional de 2009 e a recuperação econômica em 2010.

Por outro lado, destacou-se a forma com a qual estes dados laborais servem para medir os desafios que a região enfrenta, ao notar-se que, segundo a informação disponível, quase 54 por cento dos trabalhadores latinoamericanos não estão cobertos pela seguridade social, um déficit que põe em evidência uma situação de precariedade laboral.

“Temos pela frente o desafio de determinar quais serão os indicadores necessários para medir o grau de avanço na promoção do trabalho decente”, disse Tinoco, ao recordar que este foi um conceito introduzido em 1999 pela OIT e que se refere a um trabalho produtivo, exercido em liberdade, com segurança, proteção, equidade e dignidade humana.

Na inauguração do encontro foi explicado aos participantes que a medição deve ir além do emprego e do desemprego para que sejam produzidos dados cada vez mais confiáveis sobre fenômenos como o emprego precário, o subemprego por insuficiência de horas, o emprego no setor informal e o emprego informal em geral, o emprego por ramos de atividade ou por grupos ocupacionais, a duração do trabalho, a evolução dos salários e outros.

“Na região latinoamericana é necessário um esforço permanente para o desenvolvimento das estatísticas laborais”, afirmou o diretor do Sistema de Informação Laboral da OIT para a América Latina e o Caribe (SIALC), Miguel del Cid. “Nesta reunião tentamos avançar na harmonização da medição do emprego e das variáveis e indicadores de trabalho decente”.

O marco de referência para as discussões são os acordos realizados pela Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), da OIT. A Organização já realizou 18 conferências para estabelecer parâmetros internacionais que permitam a medição dos fenômenos no mundo do trabalho.

A 18ª CIET, realizada em Genebra em 2008, adotou resoluções sobre temas como medição do trabalho infantil e jornada de trabalho, além de definir alinhamentos para o tratamento de temas como os indicadores de subutilização do trabalho, as estatísticas de trabalho voluntário e a medição do trabalho decente.

A expectativa é que a reunião de Lima também ofereça algumas pautas para orientar a futura cooperação da OIT nesta área.

“A OIT está interessada em continuar apoiando os institutos de estatística nesta árdua tarefa”, disse Tinoco. Recordou que a Declaração da OIT sobre a Justiça Social e uma Globalização Equitativa (2008) confere uma grande importância e prioridade às estatísticas de trabalho e ao desenvolvimento de indicadores para medir o progresso do trabalho decente.

Também destacou que continuarão os esforços de análises estatísticas conjuntas com outras organizações internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com a qual a OIT edita um informativo periódico sobre os indicadores laborais na região intitulado “Conjuntura Laboral”. (*Notícias da OIT*)

Convocatória do II Congresso Continental da CSA

Víctor Báez Mosqueira, Secretario General

O secretário geral da Confederação de Trabalhadores/as das Américas – CSA, por determinação do Conselho Executivo, no uso de suas atribuições legais no que lhe confere o Estatuto Social em seu Capítulo IV, Artigo XIV, Item I, convoca as organizações sindicais filiadas a participarem do II Congresso Geral Ordinário a realizar-se nos dias 17 a 20 de abril de 2012 no Centro de Convenções do Hotel Bourbon Cataratas, na cidade de Foz de Iguaçú, Brasil, onde serão debatidos e deliberados os seguintes temas:

1. Aprovação do regimento do Congresso;
2. Confirmação das comissões/comitês e eleição de seus membros;
3. Aprovação do Relatório e Prestação de Contas da Gestão 2008/2012
4. Programa geral, plano de ação, resoluções e moções
5. Reforma Estatutária
6. Eleição dos membros do Conselho Executivo, Secretariado e Conselho Fiscal;
7. Afiliação e desfiliação de organizações sindicais;
8. Outros assuntos

A composição dos delegados/as oficiais de cada organização deverá estar de acordo com a sua base declarada e a cotização em dia com a CSA, conforme o Artigo XV do Estatuto Social. Deverá ainda obedecer ao critério de paridade de gênero de 50% e pelo menos 15% de jovens menores de 35 anos do total de delegados/as.

Orientação de participação

De acordo com o Artigo XV do estatuto da CSA, os/as delegados/as oficiais serão eleitos na seguinte escala de acordo com a base declarada e em dia com suas cotas.

As delegações oficiais deverão obedecer ao critério de paridade de gênero de 50% de mulheres e considerar a participação de delegados/as jovens menores de 35 anos que conformem pelo menos 15% do total de delegados/as.

As entidades filiadas e em dia com a CSA deverão inscrever os/as delegados/as até o dia 16 de Janeiro de 2012 obedecendo a escala mencionada no item 1.1 desta convocatória.

Dos eventos prévios ao Congresso

Reunião do Secretariado da CSA

Reunião do Conselho Executivo da CSA

- . Seminário RIO+20: desenvolvimento sustentável, a perspectiva dos sindicatos
- . Seminário Seguridade Social e Saúde no Trabalho
- . Seminário Mulher Trabalhadora
- . Seminário Juventude Trabalhadora

Dos eventos imediatamente posteriores ao Congresso

Reunião do Comitê das Mulheres Trabalhadoras das Américas

Reunião do Comitê da Juventude Trabalhadora das Américas



O **Multi Noticias** es un boletín electrónico auspiciado por el *FES Sindical Regional* que tiene como objetivo fornecer más elementos de subsidio a las organizaciones sindicales, principalmente para las que están en los países del Cono Sur, sobre las principales actividades y políticas de las empresas multinacionales – las globales y las multilatinas– bien como del movimiento sindical.